



As Interações, princípio inegociável do humano:
reflexões sobre a retomada das atividades
na educação infantil.

Eliana Chalmers Sisa (*)

**As Interações, princípio inegociável do humano:
reflexões sobre a retomada das atividades na educação infantil.**

Eliana Chalmers Sisle

Se a abrupta suspensão das atividades da educação, particularmente a da Educação Infantil que por sua natureza pressupõe um tempo (kairós) para que as tramas da vinculação se tecam, foi vivida de modo intenso, a volta às atividades tem sido desafio ainda maior. Longe de abarcar todas as faces deste prisma complexo, a intenção é compartilhar algumas discussões com profissionais¹ engajados em resolver as questões práticas do campo.

A nova realidade nos coloca diante de um grande desafio: como manter a **qualidade das interações** entre as crianças e entre os adultos e crianças, aspecto fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e, ao mesmo tempo, garantir a saúde mantendo o distanciamento como forma essencial de proteção?

É possível que estejamos aqui diante de uma boa situação problema, formativa, que pode fortalecer nossas concepções de educação, de criança e de família, reavivando nosso compromisso com a infância e com a garantia de seus direitos, tão bem formulados na BNCC. **Direito a conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.**

Sem dúvida estamos também diante da velha e conhecida questão fundamental da Educação Infantil, **as ações de cuidados indissociáveis das ações educativas**. Por mais que a questão esteja formulada e amplamente descrita em nossos documentos, as ações específicas dos cuidados, ainda, carecem de investimento formativo e planejamento institucional.

Neste sentido é preciso avançar de forma decisiva na construção de uma **ética do cuidado**² visando à saúde integral de todos e das crianças em particular, ao mesmo tempo assegurando a escuta de suas manifestações e garantindo suas iniciativas.

Em consideração a estes princípios que servem de norte para pensar as práticas da Educação Infantil, trago algumas ideias tomadas de empréstimo da **abordagem Pikler**³ que podem também nos guiar nesta tarefa.

¹ As ideias nascem na potência da interlocução. Agradeço as ótimas conversas e as contribuições de Elza Corsi, Damaris Gomes Maranhão e de todo o grupo de saúde e bem estar do Instituto Avisa lá. Agradeço também a Fabricio Remigio do Ateliê Carambola que compartilhou os desafios, reflexões e trouxe materialidade a algumas ideias para o retorno das crianças.

² Sobre a ética dos cuidados, sugerimos o texto do filósofo colombiano Bernardo Toro: *O Paradigma ético de uma nova civilização: elementos para uma nova cosmovisão*. 2009

Entre elas, a concepção de saúde como sendo resultado das **ações livres da criança - brincar e mover-se, das relações estreitas com um profissional de referência**, com quem a criança tem a oportunidade de construir-se como pessoa e, de **conhecer seu entorno de maneira significativa e contextualizada**. Estas são as bases da educação pikleriana, mas é também na sua prática que encontramos alguma luz para a situação que se apresenta.

Espero que as reflexões que se seguem possam transcender este momento específico da pandemia, vindo a constituir aprendizagens duradouras, uma vez que beneficiam o desenvolvimento das crianças, levam em conta quem se ocupa delas e que, sobretudo, são plenas de sentido para todos: crianças, familiares e profissionais.

1º - Investir e acolher os adultos que cuidam e estreitar a relação de confiança entre profissionais e familiares.

Os profissionais e famílias necessitam, sempre, de um espaço de escuta atenta. Neste momento dramático que atravessamos isso se faz ainda mais premente. É necessário que os adultos possam processar as vivências despertadas pela pandemia e pelo confinamento, sejam estes lutos pela perda de familiares e pessoas próximas, conflitos de convivência, ansiedades, medos e angústias, bem como os sentimentos despertados pela perspectiva do retorno.

Sabemos que sem esta escuta qualificada e humana, a relação entre o educador e a criança pode ficar comprometida, sendo as crianças extremamente sensíveis às emoções de quem cuida. O adulto precisa estar equilibrado e disponível para a relação.

Esperamos que o estreitamento dos laços de solidariedade e confiança entre familiares e profissionais, bem como o fortalecimento e o profissionalismo da equipe, venham a ser legados importantes deste período.

Na prática

Constituir um comitê de crise na unidade escolar para estudar, formar a equipe e implantar os protocolos

Significa constituir um grupo de trabalho horizontal composto por profissionais de todas as áreas de atuação da unidade e familiares. O propósito é estudar os protocolos de saúde, realizar um diagnóstico detalhado de cada espaço da unidade, elaborar planos de ação para cada situação, bem como, participar do acolhimento aos funcionários e

³ Perspectiva de educação de crianças de 0 a 3 anos concebida pela pediatra húngara Emmi Pikler, diretora de uma instituição de acolhimento (hoje creche), em Budapeste, em meados do século XX.

familiares, da formação, treinamento e acompanhamento da implantação dos protocolos.

A organização de encontros para escutar e compartilhar sentidos com a equipe e os familiares, para informações importantes, como por exemplo sobre o modo de transmissão da Covid-19, predominantemente por contato respiratório e pelas mãos, sobre a lavagem das mãos e o uso de máscara constituem conhecimentos essenciais que geram a possibilidade de reflexão e tomada de decisão responsável e informada, para as diversas situações que irão se apresentar na retomada das atividades.

Identificar os recursos locais, humanos e materiais

É importante também, identificar e reunir os recursos materiais e humanos da comunidade escolar. Será necessário valorizar os saberes da equipe operacional, voltada às questões de limpeza e higiene, qualificando suas ações e solicitando ajuda na compreensão dos procedimentos que estas já realizam.

Mobilizar os recursos culturais e os saberes de todos pode contribuir na direção de um acolhimento mais humanizado, aberto às emoções, que facilita a palavra e abre caminho para a elaboração dos sentimentos, dentro dos limites deste contexto, evidentemente.

Assim, ler uma história ou um poema, tocar um instrumento, cantar ou colocar o corpo em movimento, podem ser boas estratégias para iniciar as reuniões com a equipe ou com os familiares, sendo que eles mesmos podem trazer estas propostas. Acreditar no potencial das famílias e da comunidade local é o primeiro passo para construir uma relação de confiança que incorpore e amplie os saberes.

Da mesma forma, a comunidade escolar pode contribuir com ações direcionadas a qualificar os espaços de cuidado. Algumas mudanças simples como definir e marcar a circulação e informar como se dará a higienização na entrada, podem ser boas ocasiões para compartilhar conhecimento científico em vista da resolução de um problema prático, de baixo custo, mas que aumenta significativamente a proteção de todos.

2ª Fortalecer as relações institucionais locais e intersetoriais

A intersetorialidade é um princípio básico em todos os programas que se proponham a garantir os direitos fundamentais das crianças. Entretanto, para isso é preciso considerar que o cuidado das crianças é um fenômeno complexo que depende da ação de diversas pessoas envolvidas, com diversas perspectivas do mesmo fenômeno, que se

integram na escuta, no diálogo, na negociação necessária entre atores de formações diferentes, com experiências diversas, sem perder de vista a criança.

Começa pelo mapeamento do território, ou seja, pelos serviços de educação, saúde, serviço social, equipamentos públicos, movimentos sociais organizados e ONGs, que devem atender uma determinada população moradora de uma área geográfica. Passa pelo conhecimento das políticas públicas de cada setor destinadas às crianças e seus familiares.

Na construção da rede de proteção territorial é preciso reconhecer o papel central da escola de Educação Infantil em função da proximidade das famílias com a instituição, visto como oportunidade. A escola não pode mais se furtar a este compromisso, ao contrário, pode liderar esta ação e consolidá-la.

Neste sentido, caberia aos comitês de crise entrar em contato com cada serviço de seu território para traçar objetivos e estratégias comuns, visando à salvaguarda dos direitos e da saúde das crianças e da comunidade escolar.

3º - Compreensão e incorporação de protocolos de saúde pelos profissionais e comunidade escolar

Aqueles que estudam a abordagem Pikler se deparam com alguns protocolos que são inabituais aos espaços educativos. Ao nos aprofundarmos nos estudos, compreendemos que os **protocolos piklerianos** estão a serviço da continuidade institucional, para que haja previsibilidade em todas as ações que concernem e tocam diretamente as crianças.

Estes estão presentes na gestualidade, nas posturas e nas atitudes dos profissionais, sem que isso se constitua em gestos mecanizados e impessoais. Ao contrário, os protocolos uma vez incorporados e compreendidos em sua essência, servem justamente para deixar lugar à ação personalizada dos adultos e à iniciativa e a cooperação das crianças.

Na prática pikleriana os protocolos estão a serviço da criança, da relação e dos cuidados. Os profissionais recebem formação antes de atuar junto às crianças. Todos conhecem suas justificativas, suas razões e os realizam de maneira consciente.

Esta concepção pode ajudar na compreensão e na adesão aos protocolos sanitários que devem ser seguidos para evitar a contaminação da Covid-19 e das demais doenças que já estavam presentes nas unidades e que são evitáveis.

Ressaltamos que a maior parte dos protocolos preconizados na atual circunstância, há muito já deveriam estar incorporados às ações dos educadores. Estas medidas

sanitárias teriam reduzido e, irão reduzir, significativamente as ocorrências de doenças transmissíveis nos ambientes coletivos voltados à primeira infância. Estas considerações nos convocam a agir sem demora e assertivamente de forma responsável e profissional.

Na prática

O uso da máscara, como exemplo do trabalho a ser realizado em cada unidade.

Vimos nos últimos meses o surgimento de muitos protocolos visando auxiliar a retomada das atividades escolares. Entretanto, na maior parte deles, as crianças pequenas e os bebês não se encontram contemplados na sua especificidade.

Por exemplo, sabemos que as crianças de até dois anos não devem usar máscaras. Para as maiores, de 3 anos em diante é necessário que construam os procedimentos. Significa saber colocar e tirar, guardar no local correto, não mexer na máscara quando está no rosto, saber quando trocar. São procedimentos complexos para as crianças pequenas. Este será justamente foco da atenção da professora, acompanhar e construir este conhecimento para que ele se constitua um hábito (aquilo que se faz sem pensar).

Para isso é necessário estudar e discutir o assunto em equipe e, também, com os familiares e até retomar nossa própria experiência com estas. Quais são nossas dificuldades? Estamos usando de forma correta⁴?

É imprescindível que a máscara seja utilizada de maneira absolutamente correta pelos adultos, sejam eles familiares ou profissionais, dentro ou fora do espaço escolar. Trata-se aqui de conhecer a informação científica, compreender o funcionamento da máscara, como anteparo dos microrganismos e, portanto, foco de contaminação que não deve ser tocada. Desta forma, as crianças poderão contar com bons modelos ao seu redor, o que as ajudará a incorporar esta ação.

Ainda podemos considerar que a máscara além de proteger quem está saudável em contato com uma pessoa infectada, evita a propagação da transmissão quando usada por uma pessoa infectada. Neste sentido, o uso da máscara constitui-se em uma atitude ética a que devem ser convidados todos os atores.

Estas mesmas reflexões terão que ser feitas pelas equipes escolares, em conjunto com as famílias, contemplando todos os itens dos procedimentos sanitários: a lavagem das mãos, da face e dos óculos, a etiqueta respiratória, a troca de informações diária sobre sinais e sintomas percebidos nas crianças e outros tantos tópicos devem fazer parte do estudo, compreensão e treinamento para que sejam incorporados por todos os adultos de forma pactuada e, construídos processualmente com as crianças.

⁴ Sobre o procedimento de uso de máscara: Manual sobre biossegurança de escolas no contexto da Covid-19 – Escola Politécnica de Saúde, Fiocruz. 13 de julho 2020.

Não se pode esquecer que a aprendizagem de novos hábitos leva tempo. O planejamento do processo de acolhimento precisa considerar estas novas aprendizagens para cada ator envolvido: equipe, famílias e crianças.

Devemos considerar que as máscaras talvez tenham vindo para ficar. É possível que passem a ser consideradas como forma de respeito na convivência social, para evitar outras doenças respiratórias, tais como gripes e resfriados, como já fazem os orientais.

A manutenção dos novos hábitos sanitários precisa estar acompanhada por coleta e análise de dados de observações da realidade. Trocando em miúdos, estamos falando de monitoramento e avaliação. Estas ações precisam ser reforçadas com campanhas periódicas e com planejamento de comunicação.

4º- Redução do contato social sem perder a riqueza das múltiplas interações como princípio inegociável da educação.

A prática pikleriana traz algumas pistas para a análise e reflexão das equipes sem, contudo, assegurar que não haverá riscos. Entretanto, se a estas condutas outras se somarem, como o cumprimento dos protocolos pelos adultos dentro e fora da unidade, o uso dos EPIs de maneira correta, o afastamento dos funcionários e de crianças de risco é possível que a retomada seja além de segura, plenamente adequada ao desenvolvimento das crianças.

Visando garantir as interações de qualidade entre as crianças e destas com os adultos um caminho a considerar seria a **organização das crianças em pequenos grupos fixos para brincar, comer e dormir**, grupos estes formados de acordo com a identificação dos ritmos, necessidades e afinidades entre as crianças.



Significa que não haverá distanciamento social entre as crianças de um mesmo grupo, mas sim a redução dos contatos, se considerarmos todos do contingente escolar. Desta

forma, em caso de contaminação, será possível fazer o rastreamento, mais facilmente, das pessoas que tiveram contato, sem com isso envolver todo o grupo da escola.

Nesse caso, poderia ser interessante considerar a possibilidade de irmãos ficarem em um mesmo grupo, evidentemente, de maneira criteriosa, considerando cada caso junto aos professores e familiares.

Na prática

Nas refeições os professores podem organizar o espaço de maneira que os grupos de crianças se alimentem juntos por turnos. O distanciamento necessário pode se dar intercalando os lugares na mesa marcados, por exemplo, com jogo americano de fácil higiene.

As crianças maiores, a partir de 3 anos, podem se servir em travessas dispostas em cada mesa. Os alimentos que sobrarem devem ser descartados. Os profissionais da cozinha que passam as travessas pelo passa-prato, neste momento da distribuição dos alimentos, precisam usar máscara e face shield. O ambiente do refeitório deve ser ventilado ou organizado ao ar livre.

Assim, as crianças não deixarão de compartilhar a mesa, conviver com seus pares e com o adulto que as acompanha. Não deixarão de aprender os hábitos da comensalidade, tão caros à civilização humana.

Também, não ficarão passivas à espera do prato preparado na cozinha, poderão escolher o que comer e a quantidade, exercendo a autorregulação. Neste desenho estão contemplados os princípios, garantidos os direitos e o resultado é a saúde integral e o desenvolvimento das crianças.

É interessante contabilizar as inúmeras aprendizagens que estão envolvidas nesta proposta: retirar e guardar a máscara, cumprir o distanciamento, usar os talheres para se servir, as regras à mesa, como passar a travessa para o companheiro, entre tantas outras.

Dentro das salas pode haver divisórias baixas separando os grupos, onde isso for possível, as cercas utilizadas no Instituto Pikler servem de exemplo e estão disponíveis no mercado, mas outras soluções podem ser encontradas.

Também, a definição de educadores de referência de maneira que as crianças sejam cuidadas, alimentadas e atendidas, sempre que possível, pelos mesmos profissionais, visa, ao mesmo tempo a redução dos contatos e, também, o estreitamento do vínculo entre o educador e a criança, fortalecendo o sentimento de confiança e o bem estar que geram a saúde.

5º Viver ao ar livre a maior parte do tempo.

A vida ao ar livre é um fator essencial e um traço dominante nas condutas piklerianas. Para isso, o parque e as áreas cobertas externas comuns devem conter propostas motoras e propostas com materiais interessantes organizados em cantos de atividades diversificados.



Na prática

No parque, as crianças poderão se associar livremente para brincar em seus grupos fixos, nos cantos organizados para isso ou por turnos, caso o parque seja pequeno.

A unidade precisará organizar um local para que os brinquedos já utilizados sejam higienizados, configurando um fluxo de sujos e limpos. Toda a equipe precisará participar ativamente da limpeza dos equipamentos do parque e da higiene dos materiais.

As crianças maiores poderão participar livremente da lavagem dos brinquedos de maneira lúdica, desde que sejam disponibilizados água corrente, esponja e sabão neutro. Nesta situação elas estarão em contato com as questões fundamentais de seu contexto histórico, realizando uma atividade plena de sentido e inseridas de forma ética na sociedade. Vale o mesmo pensamento para outras situações de brincadeira onde entram elementos relacionados à pandemia, como máscaras para as bonecas, materiais presentes nos consultórios médicos, maletas de pronto socorro, frascos (vazios!) de álcool em gel, etc.

É importante considerar que as crianças devem ter sapatos e roupas apropriadas ao clima. O parque deve contar com lavatórios, água potável e copos à disposição das

crianças para a hidratação. É preciso prever zonas de sombreamento. Filtro solar, controle de insetos e repelente podem ser necessários, dependendo do contexto da unidade e idade das crianças. Nada disso é novo, mas precisa ser intensificado, caso passem muito mais tempo no parque.

A experiência da abordagem Pikler mostra que até trocadores e mesmo o sono, pode ser organizado na área externa.

Cabe a cada equipe analisar seu contexto específico e romper com as práticas costumeiras, se adaptando aos novos paradigmas que vivemos, sem, contudo, perder de vista aquilo que é essencial.

Procurei trazer um pouco de materialidade às reflexões e aos processos a que cada unidade educativa e cada equipe não poderá se furtar. Quanto mais cedo começarmos, mais preparados e mais seguros estaremos.

Sabemos que este período exigirá muita responsabilidade e sensatez dos profissionais, dos familiares e dos atores do território. Exigirá também estudo e planejamento. Significa acessar informações de fonte fidedigna, ampliar nosso conhecimento sobre microbiologia e avançar na aquisição de noções de higiene importantes, que salvaguardam a vida.

Combater a cadeia de “*fake news*”, a desinformação, a ignorância e a utilização da pandemia para fins políticos é papel premente de todo cidadão responsável. Definitivamente, teremos todos que amadurecer e avançar em nosso processo civilizatório.

(*) *Eliana Chalmers Sisle, psicóloga, formadora do Instituto Avisa Lá na área de gerenciamento, saúde, cuidados e bem estar.*

Fotos: Eliana C. Sisle